

Greve é só de 30%.

BRAZILIENSE

CIDADE

Mas sindicato insiste

F. GUALBERTO

No quarto dia de greve dos professores da rede pública de ensino, a avaliação da Fundação Educacional aponta novamente para uma adesão parcial da categoria ao movimento. Um boletim divulgado ontem, no início da noite, informa que apenas 30 por cento das escolas do DF não funcionaram e, em algumas regionais, como a do Plano Piloto, o comparecimento dos docentes aumentou de ontem para hoje. O Sinpro considera, conforme disse o diretor da entidade, Wilson Pereira, "a paralisação heterogênea", mas contabiliza 80 por cento dos estabelecimentos parados.

Apesar das avaliações a seu favor, a Fundação Educacional manteve ontem o corte de ponto dos funcionários faltosos, e voltou a afirmar a disposição de não abonar a falta "em nenhuma cir-

cunstância". O pedido de ilegalidade da greve, protocolado sob o número 02172 no Tribunal Regional do Trabalho, é outra prova de que o GDF não pretende voltar atrás na intenção de aceitar os argumentos dos professores.

A divulgação do número do protocolo do processo colocou abaixo a afirmativa da diretora do Sindicato, Lúcia Carvalho, de que "o pedido de ilegalidade estava sendo encarado pelos professores mais como uma bravata". Em contrapartida, o Sinpro também acionou o TRT solicitando o cumprimento do acordo coletivo e da lei 04/88.

Segundo Wilson Pereira, a lei 04/88 estabelece a obrigatoriedade do GDF pagar aos professores locais os mesmos reajustes recebidos pelos docentes do Governo Federal. Para o diretor-executivo interino e consultor jurídico

da Fundação, Brasilino Ramos, a referida lei estabelece como dever "apenas a unificação da data-base entre os servidores".

Quanto ao pedido de cumprimento do acordo coletivo, Wilson salienta que o governador Roriz havia assegurado que a implantação do Plano de Carreira não teria relação com a concessão de percentuais futuros de aumento. Brasilino contra-argumenta afirmando "não existe nenhum documento que prove esse tipo de promessa".

O corte de ponto está sendo efetuado pelas regionais de ensino. Nas escolas onde a paralisação foi parcial, o controle, conforme explica o secretário de Comunicação Social e porta-voz do Governo, Renato Riella, "fica dificultado".

Em assembléia realizada ontem de manhã no estádio Mané Garrincha, os professores decidiram não assinar o ponto enquanto durar a greve, adotando um procedimento diferente do praticado nas paralisações anteriores. Em outras ocasiões, a orientação foi a de comparecer às escolas, registrar a frequência e cruzar os braços em seguida.

O boletim de avaliação da greve, divulgado ontem pela Fundação, dava conta de que no Plano Piloto, no Gama, no Núcleo Bandeirante, em Sobradinho, Taguatinga e Brazlândia a adesão dos professores ficou em torno de 70 por cento. De um total de 352 escolas pesquisadas, 245 tiveram funcionamento normal ou parcial. As escolas de 1ª a 4ª série do primeiro grau registraram maior comparecimento dos professores.

Só 25% das escolas pararam

LOCAL	NORMAL	PARCIAL	PARADA	TOTAL
Plano/Cruzeiro	47	33	19	99
Ceilândia	15	11	20	46
Gama	17	10	7	34
Guará	4	6	7	17
N. Bandeirante	8	7	7	22
Planaltina	6	4	12	22
Sobradinho	17	3	15	35
Taguatinga	27	25	18	60
Brazlândia	9	6	5	20
TOTAL	150 (42,25)	105 (29,57%)	92 (25,91%)	355

* Apenas na Ceilândia, Guará e Planaltina as escolas paradas superaram aquelas que estão funcionando normalmente. Mesmo assim, somadas as unidades normais ou apenas parcialmente afetadas, a porcentagem chega a quase 72 por cento. O levantamento foi feito pela Fundação Educacional e contrasta com a avaliação do sindicato, de que 70 por cento das escolas estão totalmente paradas.

Pais criticam radicalismo

A comunidade de Brasília não apóia a greve dos professores. Esse é o recado que a comissão executiva provisória do Conselho de Pais de Alunos das Escolas Públicas do DF pretende deixar claro com o manifesto de oposição ao movimento dos docentes, lançado ontem. Apesar de considerarem justa a luta por reposições salariais, os pais apontam a impropriedade da paralisação. De acordo com o porta-voz da comissão, formada por membros do Plano Piloto e satélites, Hailhi Lauriano Dias, a expectativa era a de que "os professores encaminhassem qualquer tipo de reivindicação alheia ao Plano de Carreira de forma negociada, sem apelar para a radicalização".

Ná visão dos pais, não houve em momento algum interesse dos professores em conseguir o apoio deles. Hailhi argumenta que "essa postura unilateral torna-se ainda menos aceitável porque, quando a categoria estava lutando pela implantação do Plano de Carreira, recebeu nossa ajuda, inclusive com visitas ao Senado para pressionar os parlamentares a votarem o plano".

Os pais reivindicam o direito de serem consultados pelo Sindicato dos Professores, antes da adoção de uma greve, lembrando,

também, o interesse demonstrado na ocasião em que o governador Joaquim Roriz convocou a todos para uma reunião no ginásio Presidente Médici. Na oportunidade, foi discutida uma fórmula para solucionar de vez o problema das paralisações. "Colocamos ao governador a importância da educação e da saúde, e exigimos que, mesmo diante da falta de recursos, priorizasse esses dois setores", enfatiza Hailhi.

O próximo passo dos professores será encaminhar o documento ao Tribunal Regional do Trabalho, ao Sinpro (entregue ontem mesmo) e a parlamentares.

PROTESTO

Outro ponto destacado pelos pais é o "fracasso" da recuperação aplicada pelos professores no ano passado, após 53 dias de paralisação. Um deles cita um prejuízo próprio: "Tenho quatro filhos na escola pública. Dois deles foram reprovados no ano passado por causa da greve", comenta José Jaconias de Araújo, residente na Asa Norte.

Elmo Marques, que tem dois filhos na escola da Vila Planalto, vai mais longe e protesta: "Não vamos permitir que nossas crianças sejam usadas como instrumento".

Vila Planalto também ensina a furar greve

Na segunda-feira, parte dos mil alunos da Escola Classe 01 da Vila Planalto poderá iniciar uma experiência inédita: ter como professores os próprios pais. A idéia — a mesma que teve a comunidade do Lago Norte — vai ser colocada em prática, caso os professores da 5ª a 8ª séries não voltem ao trabalho. Dos 42 docentes, 22 que lecionam para o pré-primário, ensino especial e supletivo não aderiram à greve, mas prometem abandonar as salas, caso os pais insistam em substituir os grevistas.

"Não aceitamos essa atitude porque, além de inconstitucional, os pais não têm competência para assumir o lugar de um professor", alega Célia Guimarães, que leciona aos alunos de pré-primário.

"Vamos entrar de qualquer jeito, uma vez que a escola é da comunidade", garante Zoé Gonzaga, que tem registro de professora e diz que voltará à ativa, se for preciso, mesmo sem ter filho estudando na Vila.